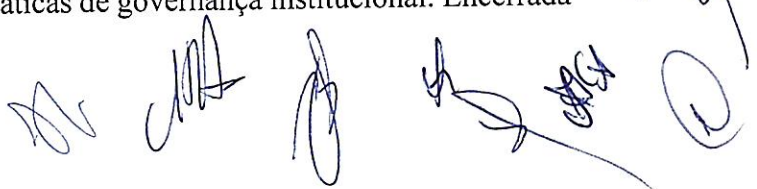


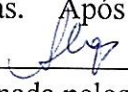
ATA DA 158ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

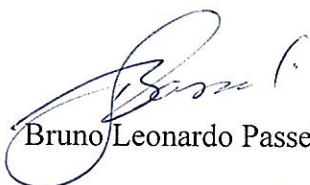
Aos vinte e três dias do mês de junho de 2025, às 14h e 39 min, reuniu-se o Conselho de Administração do Regime Próprio de Previdência Social, RPPS, Município de Belo Horizonte, conforme convocação feita pelo Presidente, Bruno Leonardo Passeli. Estiveram presentes, além do presidente, os seguintes conselheiros: André Abreu Reis, Leonardo Amaral Castro, Afonso Nunes da Cruz Neto, Gustavo de Castro Magalhães, Soraya de Fátima Mourthé Marques, André de Freitas Martins, Carolina Pasqualini de Andrade, Eymard Bento Júnior, Alex Sander Ribas de Souza e Ilda Aparecida de Carvalho Alexandrino. Também participaram o Subsecretário de Gestão Previdenciária da Saúde do Segurado, Sr. Gleison Pereira de Souza; o responsável pela Assessoria de Investimentos e Estudos Atuariais, Sr. Rodrigo André de Almeida e a servidora Suely de Campos. Participou como convidado Edmilson Rogerio Alves, representante do Banco Safra – Asset. O Presidente cumprimentou a todos(as) e apresentou a pauta do dia, sendo ela: 1 – Aprovação da Ata; 2 – Guerra tarifária e os impactos na economia; 3 – Relatório Mensal de Investimentos (abril/25); e, 4 - Informes. O presidente verificou junto aos conselheiros se havia alguma alteração a ser feita na ata da reunião anterior, e diante da negativa, a ata foi aprovada e assinada pelos conselheiros. Em seguida, passou a palavra para o Subsecretário Gleison que informou que o segundo ponto de pauta seria apresentado pelo senhor Edmilson, representante do Banco Safra. Edmilson apresentou panorama detalhado sobre os desdobramentos recentes da guerra tarifária iniciada pelo governo dos Estados Unidos, com foco nas tarifas implementadas pela administração Trump em 2025. Foi destacado que a reintrodução e ampliação de tarifas sobre produtos originários de países como China, União Europeia, México e Canadá impactaram significativamente a cadeia produtiva global e repercutiram na economia brasileira. Observou-se uma revisão do crescimento global para 2,9% em 2025, contra 3,3% em 2024, resultando em perdas de US\$ 6,6 trilhões nos mercados financeiros. Foram apresentados e discutidos cenários possíveis para o Brasil, com ênfase na expectativa de acordos diplomáticos como a solução mais provável. No cenário de escalada tarifária total, há um risco de recessão global, embora com vantagens pontuais para as commodities brasileiras. A regionalização das cadeias produtivas pode gerar oportunidades para o Brasil atrair investimentos industriais, condicionada a melhorias em infraestrutura e segurança jurídica. As retaliações por parte da China e da União Europeia poderiam expandir as exportações brasileiras para esses mercados, mas com o risco de pressão política dos EUA. O cenário mais provável de acordos diplomáticos oferece benefícios ao Brasil por meio de acordos bilaterais e abertura comercial, além de um alinhamento estratégico. Os efeitos para o Brasil incluem oportunidades como a valorização do real, o aumento da demanda por commodities (soja, carne, milho) e a possível atração de fábricas para a América Latina. Contudo, também foram identificados riscos, como pressão inflacionária e cambial, incertezas para setores industriais específicos, como autopeças e eletrônicos, e as incertezas geopolíticas. Em relação às



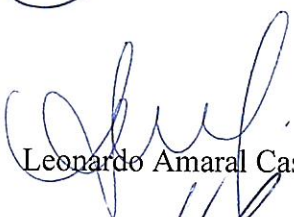
tarifas de 10% sobre as exportações brasileiras, apesar de serem menores que as aplicadas a outros países, elas impactaram as cadeias produtivas e o comércio internacional. Para mitigar os riscos e aproveitar as oportunidades, foram apresentadas recomendações estratégicas, incluindo o fortalecimento do Mercosul como plataforma regional, a busca por acordos com a União Europeia, China e países asiáticos, o investimento em infraestrutura e produtividade, e o reforço da confiança fiscal e monetária. Colocado o tema em debate, foram esclarecidas as dúvidas e apontamentos apresentados pelos conselheiros. Em seguida, Gleison passou a palavra para Rodrigo André, assessor de investimentos, que apresentou o próximo item da pauta, a saber: Relatório Mensal de Investimentos (mês abril 2025). Este abordou os seguintes tópicos: Cenário Macroeconômico, Evolução Patrimonial; Composição da Carteira; Liquidez dos Ativos; Resultados dos Investimentos – Carteira BHPREV; Análise de Riscos dos Investimentos; outros indicadores - Carteira BHPrev; e, Parecer do Comitê de Investimentos. Rodrigo esclareceu que em 30 de abril de 2025, o patrimônio acumulado do Fundo BHPrev atingiu R\$ 3.656.372.028,72. A carteira de investimentos manteve-se majoritariamente alocada em títulos públicos federais, correspondendo a 92,11% do total equivalendo a R\$3.367.809.110,16, em conformidade com a estratégia de imunização de longo prazo adotada pelo fundo. A rentabilidade consolidada da carteira no mês de abril foi de 0,82%, levemente inferior à meta estabelecida de 0,85%, resultado impactado, sobretudo, pela desvalorização de ativos vinculados ao índice S&P500, que afetou negativamente os BDRs (-0,29%) e os fundos multimercado (-0,63%), em função da volatilidade gerada pela guerra tarifária. Ainda assim, no acumulado de 12 meses, a rentabilidade alcançou 11,57%, superando a meta de 11,16%, com destaque para o desempenho positivo dos títulos públicos, que renderam 0,90% no período. A carteira do BHPrev está distribuída entre quinze gestores e oito instituições financeiras, assegurando maior diversificação e mitigação de riscos. Aproximadamente 93,58% dos ativos estão alocados em renda fixa, dos quais a maior parte (90,50%) em NTN-B, além de 1,61% em LTN. A parcela em renda variável totaliza 6,42%, distribuída entre BDRs, fundos multimercado e fundos de investimento em participações (FIPs). Do ponto de vista de liquidez, mais da metade dos recursos (50,58%) está aplicada em ativos com vencimento superior a 30 anos, compatível com o horizonte atuarial do fundo, cujas obrigações são majoritariamente exigíveis a partir de 2046. No que se refere às movimentações de abril, o comitê de investimentos, em reunião realizada em 16 de maio de 2025, aprovou a aplicação de R\$ 39,5 milhões em LTN com vencimento em 2032 e de R\$ 34,6 milhões em NTN-B com vencimento em 2060, com o objetivo de alcançar retorno real médio de 2% acima da meta atuarial. Os recursos aplicados são provenientes das contribuições mensais e dos cupons recebidos dos títulos em carteira. Parte dos recursos disponíveis permanece alocada em fundo DI até a realização do próximo leilão. Também foram resgatados R\$ 712.825,20 para integralização em fundos de participação, conforme previsto na política de diversificação. A exposição aos riscos de mercado permanece sob controle, com o Value at Risk (VaR) da renda fixa inferior a 10%, e o da renda variável dentro do limite de 20%, excetuando-se os FIPs em fase de estruturação, cujo comportamento segue a conhecida “curva J”. A gestão tem se mantido alinhada à Política de Investimentos 2025, à Resolução CMN nº 4.963/2021 e às boas práticas de governança institucional. Encerrada



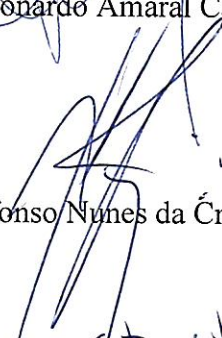
a apresentação e após os devidos esclarecimentos, o Relatório de Investimentos foi colocado em deliberação e aprovado por unanimidade pelos conselheiros. Em relação último ponto de pauta, informes, o subsecretário Gleison comunicou que a próxima reunião ordinária do Conselho de Administração será em 31 de julho de 2025, às 10:00 horas. Após isso, deu por encerrada a reunião às 15h e 53min eu,  (Suely de Campos), lavrei a presente ata que deverá ser assinada pelos presentes.

  
Bruno Leonardo Passeli

  
André Abreu Reis

  
Leonardo Amaral Castro

  
Gustavo de Castro Magalhães

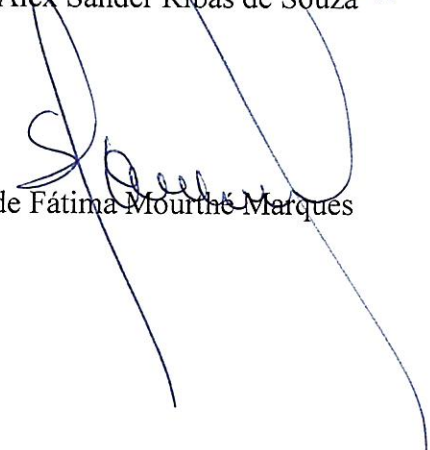
  
Afonso Nunes da Cruz Neto

  
Carolina Pasqualini de Andrade

  
André de Freitas Martins

  
Alex Sander Ribas de Souza

  
Eymard Bento Junior

  
Soraya de Fátima Mourão Marques

  
Ilda Aparecida de Carvalho Alexandrino

